

PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS E/OU INCAPACIDADES NO ENSINO E FORMAÇÃO PROFISSIONAIS

SÍNTESE

Contexto político

Os dados internacionais mostram que as pessoas com incapacidades e necessidades educativas especiais (NEE) ainda sofrem uma exclusão desproporcional ao nível do mercado de trabalho. O quadro estratégico «Educação e Formação 2020» (EF 2020) do Conselho da União Europeia convida os países europeus a implementar reformas políticas que contribuam para a melhoria dos resultados do ensino, realçando a importância do ensino e formação profissionais (EFP) com vista a aumentar a taxa de emprego dos recém-licenciados e a melhorar as taxas de conclusão no nível de ensino secundário superior.

O ensino e formação profissionais devem:

- ser equitativos e eficazes;
- ser transversais a toda a população; e
- ser de elevada qualidade, nomeadamente em termos de promoção da inclusão social.

Os países membros da Agência Europeia para as Necessidades Especiais e a Educação Inclusiva identificaram o ensino e formação profissionais como uma questão essencial a nível europeu. Tal encontra-se em consonância com a Estratégia de Lisboa, adotada pelos ministros da Educação da União Europeia em 2000, e com o EF 2020.

Entre 2010 e 2012, a Agência analisou as políticas e práticas do ensino e formação profissionais em 26 países na perspetiva dos alunos com NEE e/ou incapacidades. A análise incidiu em «o que funciona» em termos do ensino e formação profissionais para alunos com NEE e/ou incapacidades, «porque funciona» e «como funciona».

Resultados do projeto

Os principais resultados da análise da Agência encontram-se estabelecidos abaixo:

- O projeto identificou vários fatores de sucesso – «o que funciona» – no ensino e formação profissionais para alunos com NEE e/ou incapacidades.

- 
-
- Análises subsequentes revelaram um elevado grau de coerência entre os países, com os mesmos fatores de sucesso a aparecer frequentemente em conjunto em exemplos de boas práticas. As combinações identificadas mostram «porque funciona», enquanto o impacto mútuo de fatores de sucesso ajuda a explicar «como funciona».
 - Os fatores de sucesso encontram-se agrupados em quatro denominados «padrões de boas práticas». Estes padrões estão interligados e apoiam-se mutuamente, pelo que qualquer tentativa de melhorar o desempenho dos sistemas de ensino e formação profissionais deve realçar os quatro padrões simultaneamente.
 - O que são boas práticas eficientes para os alunos com NEE e/ou incapacidades em termos de ensino e formação profissionais e de transição para o emprego são boas práticas para TODOS os alunos.
 - As melhorias no ensino e formação profissionais são possíveis, e ocorrem na prática. Tal é evidente na análise do projeto, que se baseou em 28 exemplos em 26 países, que representam todo o espectro das políticas de EFP na Europa.
 - As boas práticas exigem o envolvimento de todas as partes interessadas do domínio do ensino e formação profissionais.

Recomendações

Com base na respetiva análise, a Agência formulou recomendações relativamente aos quatro «padrões de boas práticas» que podem melhorar a eficácia do sistema de ensino e formação profissionais e a transição para o emprego de alunos com NEE e/ou incapacidades.

Estes padrões centram-se nas perspetivas e funções das principais partes interessadas no ensino e formação profissionais, nomeadamente diretores de escolas/gestores de instituições de EFP (*«padrão de gestão»*); professores/formadores/pessoal de apoio (*«padrão de boas práticas de ensino e formação profissionais»*); alunos (*«padrão de capacitação dos alunos»*); e empregadores/representantes do mercado de trabalho atuais e futuros (*«padrão de interligação com o mercado de trabalho»*).

As recomendações políticas gerais derivadas desta análise são as seguintes:

- *Os quatro padrões sobrepõem-se e apoiam-se mutuamente. Assim, a política deve realçar equitativamente os quatro padrões em simultâneo com vista a alcançar melhorias em qualquer sistema de ensino e formação profissionais.*



- *Todos os fatores de sucesso estão interligados e não podem ser considerados isoladamente, uma vez que isso poderia conduzir a efeitos secundários indesejados. A fim de apurar quaisquer alterações, desejadas ou indesejadas, a política deve estabelecer e monitorizar continuamente indicadores adequados em todo o sistema de ensino e formação profissionais.*

Recomendações políticas específicas

As recomendações do projeto abordam vários países ao mesmo tempo, ou seja, não se centram na situação individual do ensino e formação profissionais de um único país. As seguintes recomendações políticas específicas para o ensino e formação profissionais, estruturadas em função dos quatro padrões identificados, são relevantes para vários países participantes. Contudo, é necessária uma fase posterior de resultados do projeto para elaborar recomendações adaptadas aos requisitos de ensino e formação profissionais em cada país.

Padrão de gestão

Os decisores políticos devem:

- Estabelecer um quadro jurídico e um acordo entre todos os serviços envolvidos: educação, emprego e autoridades locais. Tal irá permitir que as escolas desenvolvam parcerias e estruturas de trabalho em rede com empresas locais para formação prática e/ou emprego após a licenciatura.
- Promover a liderança escolar eficaz garantindo que as escolas são devidamente apoiadas no desenvolvimento de uma política inclusiva onde as diferenças entre alunos são consideradas uma parte «normal» da cultura pedagógica.
- Permitir que as escolas implementem uma abordagem de trabalho de equipa, incluindo a criação de equipas multidisciplinares, com papéis claros.
- Instituir percursos de formação coerentes para o pessoal escolar desenvolver as competências necessárias para cooperar com os serviços de apoio externos e internos.

Padrão de boas práticas de ensino e formação profissionais

Os decisores políticos devem:

- Promover e garantir uma abordagem na qual os métodos pedagógicos, os materiais, os métodos de avaliação e os objetivos sejam adaptados às necessidades individuais.



- Permitir que as escolas garantam abordagens centradas no aluno no que respeita ao planeamento, definição de metas e desenho curricular a utilizar no processo de aprendizagem.
- Criar um sistema que permita às escolas estabelecerem processos de aprendizagem individuais utilizando abordagens flexíveis, que permitam a elaboração e a implementação de planos de ensino, formação e transição individuais.
- Colocar em funcionamento sistemas de monitorização que permitam analisar a eficiência de medidas implementadas pelas escolas. Isto irá ajudar as escolas a centrarem-se no desenvolvimento e na implementação de ações educativas eficientes para prevenir ou reduzir o abandono escolar e na procura de novas alternativas pedagógicas para alunos desmotivados.
- Garantir que todos os cursos e programas de ensino e formação profissionais são revistos periodicamente, com vista a adaptar as capacidades dos alunos às competências necessárias no mercado de trabalho.

Padrão de capacitação dos alunos

Os decisores políticos devem:

- Apoiar e monitorizar as políticas de ensino de forma a garantir que as escolas se centram nas competências dos alunos.
- Disponibilizar oportunidades de formação iniciais e contínuas para os funcionários, permitir que os professores coloquem as competências dos alunos no centro das abordagens pedagógicas e olhar mais para as oportunidades do que para os desafios. Os professores devem fazer com que todos os alunos se sintam mais confiantes e assertivos.
- Garantir que as escolas respeitem os desejos e as expectativas dos alunos em todas as etapas do processo de transição.

Padrão de interligação com o mercado de trabalho

Os decisores políticos devem:

- Implementar medidas claras a nível político de modo a que as escolas possam estabelecer e manter ligações resilientes com empregadores locais.



- Garantir o apoio adequado para alunos e empregadores no processo de transição do ensino e formação para o emprego. Além disso, com vista a apoiar a transição para o mercado de trabalho aberto, o pessoal competente deve apresentar atividades de acompanhamento direcionadas, durante o tempo que for necessário, para responder às necessidades dos jovens licenciados e dos empregadores.

Encontram-se disponíveis mais informações, incluindo o documento de orientação denominado «20 fatores-chave para um ensino e formação profissionais bem-sucedido», na área Web do projeto de ensino e formação profissionais:

<http://www.european-agency.org/agency-projects/vocational-education-and-training>

PT



<http://www.european-agency.org/disclaimer>